

## CAPÍTULO XV

# PRÁTICAS COM GÊNERO E DIVERSIDADE: NO BAMBOLEAR DO COTIDIANO ESCOLAR

Sheylene Tathiana Lages da Silva<sup>1</sup>  
Amanda Caline da Silva Omar<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Escola Municipal Monsenhor João Coutinho – João Pessoa, Paraíba, Brasil;  
[sheylenesilva@professor.joaopessoa.pb.gov.br](mailto:sheylenesilva@professor.joaopessoa.pb.gov.br)

<sup>2</sup>Escola Municipal Quilombola Professora Antônia do Socorro Silva Machado – João Pessoa, Paraíba, Brasil; [amanda.scomar@professor.joaopessoa.pb.gov.br](mailto:amanda.scomar@professor.joaopessoa.pb.gov.br)

## Introdução

Durante um encontro de planejamento pedagógico em uma escola pública de Ensino Fundamental da periferia de João Pessoa, um episódio cotidiano provocou reflexões entre docentes e gestores. Um pai demonstrou insatisfação ao saber que seu filho havia brincado de bambolê no recreio, considerando o artefato “brinquedo de menina”. A reação do responsável, embora isolada, mobilizou a equipe escolar a discutir os sentidos culturais atribuídos aos brinquedos, os marcadores de gênero presentes nas práticas escolares.

Diante disso, iniciamos um processo de escuta, estudo e intervenção pedagógica, reconhecendo o território escolar como espaço de disputas simbólicas. O bambolê, artefato lúdico, corporal e cultural, tornou-se o ponto de partida para refletirmos sobre o currículo oculto, os atravessamentos de gênero nas interações escolares e os limites e potências da atuação docente frente às normatividades sociais. A problemática central emergiu: brinquedos determinam gêneros?

Este texto apresenta uma experiência didática desenvolvida a partir dessa

provocação, ancorada em referenciais sobre gênero, sexualidade e na educação antissexista. Ao reconhecer que práticas pedagógicas também são práticas culturais, propomos refletir sobre como elementos aparentemente simples do cotidiano escolar, como uma brincadeira, podem tornar caminhos potentes para a formação crítica dos/as estudantes.

Como destacam Fialho e Sousa (2019), associações entre brinquedos e gênero ainda se manifestam nas escolas, delimitando comportamentos e reforçando desigualdades. Nesse sentido, o bambolê, muito além de sua ludicidade, é incorporado em atividades escolares, especialmente na Educação Física, e pode ser compreendido como ferramenta que desafia normas de gênero.

Sua presença no imaginário popular também foi reforçada por manifestações culturais, como a música do grupo baiano *É o Tchan*, cuja coreografia do bambolê incorporou elementos de gênero e erotização dos corpos, tensionando padrões sobre o brincar. O artefato, assim, se insere como símbolo de imposições sociais sobre os corpos, sobretudo os femininos. Como destacam Fróis e Costa (2021), o tempo de lazer é também espaço de disputa simbólica, onde valores sociais são questionados e reconstruídos.

## **Referencial teórico**

A reclamação de um pai, incomodado porque seu filho havia brincado com bambolê no recreio, revelou uma estrutura mais profunda do que um simples incômodo com o brinquedo. O episódio acionou a escola como um território de disputas simbólicas em que normas de gênero, historicamente construídas, atravessam o brincar e o corpo das crianças. É a naturalização de certas práticas instauradas [...] primeiramente, pela família, pelos parentes e familiares [...] e, em seguida, pela escola” (Brabo, 2017, p. 132).

O bambolê, nesse caso, passou a ser mais do que um objeto lúdico. Seu uso, marcado por movimentos de quadril e domínio corporal, é muitas vezes relacionado à feminilidade. Fróis e Costa (2021) refletem sobre isso ao analisarem o corpo que gira o bambolê como corpo “girante”, que busca equilíbrio e expressividade, características

frequentemente associadas ao feminino. Quando um menino se apropria desse objeto e de sua gestualidade, ele desafia os códigos normativos de gênero.

A experiência nos levou a compreender que o currículo, mesmo em seus aspectos não oficiais, é produtor de sentidos e de identidades. Como destaca Paraíso (2023), ele não se limita ao que está prescrito em documentos, mas está presente nas interações, nas escolhas pedagógicas e até nos silêncios da escola. Permitir ou não permitir determinada brincadeira é, também, um ato curricular.

Nesse sentido, a abordagem descolonial oferece uma chave de leitura importante. Ela nos convida a questionar o conhecimento que orienta nossas práticas e os padrões normativos que se impõem como “naturais”. Foucault (1979) já indicava a importância de captar o poder em suas extremidades, nos gestos, nas rotinas e nas instituições locais, como a escola. Ao tensionar essas normas, estamos atuando politicamente.

Essa crítica se articula com a perspectiva de Lugones (2014), que compreende o gênero como construção histórica atravessada pela colonialidade, pela raça e pela sexualidade. Descolonizar o gênero, como ela propõe, é romper com a naturalização de papéis impostos e abrir espaço para novas formas de existência e de expressão.

A escola, portanto, precisa se reconhecer como espaço gerador e reprodutor de normas, mas também como lugar de transformação. Vasconcelos e Felix (2016) lembram que os processos de generificação ditam não apenas o que meninos e meninas podem brincar, mas também como devem se comportar, se vestir e se relacionar. A brincadeira com o bambolê foi, para nós, um ponto de virada: abriu caminho para o enfrentamento de padrões naturalizados e para a construção de um ambiente mais inclusivo e atento à diversidade dos corpos e subjetividades.

## **A escola no contexto dos debates de gênero**

O episódio envolvendo o bambolê nos levou a reconhecer a importância de discutir gênero na escola, principalmente a pensar essa temática dentro do currículo. O currículo é espaço privilegiado de produção de saberes e conhecimento, sociabilidades e subjetividades. No entanto, há diversas relações de poder, isso porque reproduz

desigualdades históricas, por vezes de forma silenciosa, por meio de práticas pedagógicas, relações interpessoais e escolhas curriculares. Ao mesmo tempo, é também o lugar onde essas normas podem, e devem, ser questionadas, problematizadas e transformadas (Paraíso, 2023).

Como construção social e cultural, o currículo é atravessado por disputas simbólicas, suas narrativas produzem sentido, significados e sujeitos diversos, mas ao mesmo tempo é considerado “um artefato que não é somente patriarcalista e machista, mas muitas vezes heteronormativo e homofóbico” (Paraíso, 2023, p.109).

Incluir os debates de gênero no ambiente escolar não deve ser visto como um “tema extra”, mas como fundamental na formação crítica dos/as estudantes. Segundo Silva (2001), o currículo participa da produção social das identidades, sendo um espaço de construção ativa de sentidos, e não mera transmissão de conteúdos. Discutir gênero, sexualidade e diversidade implica reconhecer as múltiplas formas de existir e se relacionar, e promover uma educação mais justa.

A reação do pai ao ter conhecimento que o filho brincou com bambolê escancarou uma fronteira simbólica imposta aos corpos. Considerar “inadequado” que um menino “rode bambolê” revela como a heteronormatividade estrutura expectativas familiares e sociais. A escola, então, se viu diante de um dilema: silenciar ou assumir sua função formadora? Como propõem Fialho e Sousa (2019), omitir-se diante de conflitos de gênero reforça a exclusão, mas enfrentá-los com intencionalidade pedagógica forma sujeitos mais conscientes e respeitosos.

Percebemos que os discursos normativos circulam tanto na escola quanto nas famílias, e muitas vezes se reforçam mutuamente (Brabo, 2017). Por isso, a formação crítica deve envolver todos os sujeitos escolares e construir pontes com a comunidade. Promover uma educação antissexista exige sensibilidade pedagógica, coragem institucional e formação continuada.

A cultura escolar ainda carrega expectativas fixas sobre gênero. A distinção entre o que é “de menino” ou “de menina” ainda marca o cotidiano. Trabalhar com essas fronteiras exige da escola um olhar atento, que questione práticas naturalizadas e incentive o respeito às diferenças. A colaboração entre escola e famílias é estratégica: abrir canais de diálogo e fornecer recursos às famílias fortalece o trabalho educativo e

amplia o impacto das ações.

Compreender gênero como construção histórica e cultural nos ajuda a perceber que normas não são imutáveis. Associar brinquedos, gestos ou danças a um único gênero restringe possibilidades e reforça desigualdades. A brincadeira com o bambolê mostrou-se um ponto potente para refletir sobre essas normas. Por não ser atividade exclusiva de um gênero, seu uso pode ilustrar a fluidez das expressões e a multiplicidade das posições de sujeito (Maknamara; Paraíso, 2013).

Lidar com essas questões no cotidiano exige dos/as educadores/as sensibilidade, escuta e, muitas vezes, um verdadeiro “jogo de cintura”. A metáfora do bambolê tornou-se imagem concreta dessa prática: manter o equilíbrio, adaptar-se ao movimento, enfrentar o olhar alheio e persistir no gesto. A partir da situação vivida, ficou claro que não bastava responder ao pai — era preciso transformar o episódio em ação educativa.

Foram organizadas rodas de conversa, inserção do tema nas aulas de Arte e Educação Física, e momentos de escuta com as turmas. As crianças foram convidadas a refletir sobre o brincar, sobre o corpo, e sobre os limites simbólicos impostos às suas escolhas. A intencionalidade pedagógica fez com que o conflito se tornasse oportunidade formativa.

A cultura — músicas, danças, brincadeiras — exerce papel central na construção e desconstrução de normas de gênero. Usar o bambolê e a música popular como ponto de partida aproximou o debate da realidade das crianças, tornando-o acessível e significativo. Como lembra Giroux (2001), a cultura infantil é um espaço de cruzamento entre entretenimento e ideologia, que modela o que significa ser menino, menina ou criança.

Mesmo com avanços, ainda enfrentamos olhares e regras não ditas que silenciam identidades. Como afirma Carvalho (2015), a heteronormatividade e a homofobia seguem presentes nas rotinas escolares, e precisam ser enfrentadas com intencionalidade crítica. A experiência vivida na escola reforçou que o enfrentamento dessas violências simbólicas começa nas pequenas ações do cotidiano.

Por fim, reafirmamos que a escola precisa ser espaço de desconstrução de estereótipos e promoção da diversidade. Questionar o que é considerado “brinquedo de

menino” ou “de menina” é ampliar possibilidades de expressão, garantir direitos e fortalecer vínculos. O currículo, como destaca Paraíso (2023), não é neutro, ele produz sujeitos. E por isso, precisa ser campo de disputa e compromisso ético com a transformação.

## **Considerações finais**

A experiência vivida a partir da reação de um responsável ao saber sobre seu filho brincando com um bambolê revelou muito mais do que um conflito isolado, revelou como estereótipos de gênero ainda atravessam o cotidiano escolar e impõem limites às expressões infantis. Expôs marcas profundas de uma cultura que ainda associa brinquedos, gestos e espaços a gêneros específicos, limitando o desenvolvimento pleno das crianças. No entanto, ao transformar esse episódio em uma oportunidade pedagógica, reafirmamos o papel da escola como espaço de escuta, diálogo e formação crítica.

Ao abordar questões de gênero e sexualidade nas escolas, promovemos uma educação que se estende além dos conceitos acadêmicos tradicionais. Estamos construindo uma base que ensina os estudantes a respeitarem a diversidade, cultivar a empatia e abraçar a individualidade, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero.

A proposta não se restringiu à atividade em si, mas gerou desdobramentos que atravessaram as práticas pedagógicas, a formação docente e o diálogo com as famílias. O uso do bambolê como artefato cultural demonstrou que práticas simples podem se tornar potentes ferramentas para a desconstrução de normas e para a valorização da diversidade.

Ao incorporar esses princípios, as escolas desempenham um papel vital na construção de sociedades mais inclusivas, onde todos os indivíduos são respeitados, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Essas abordagens não apenas refletem a realidade diversificada do mundo, mas também preparam os estudantes para serem cidadãos informados, tolerantes e respeitosos.

Assumir uma educação antissexista e crítica exige sensibilidade, escuta ativa e

compromisso com uma escola que respeite os diferentes modos de ser, brincar e aprender. A experiência aqui relatada reafirma que o cotidiano escolar pode, e deve, ser lugar de transformação.

## Referências

BRABO, T. S. A. M.; SILVA, M. E. F. da. A Introdução Dos Papéis De Gênero Na Infância: Brinquedo De Menina E/Ou De Menino? **Revista Trama Interdisciplinar**, [S. l.], v. 7, n. 3, 2017. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9856>. Acesso em: 1 dez. 2023.

CARVALHO, M. E. P. de; RABAY, G. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 119–136, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p119>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FIALHO, L. M. F., SOUSA, F. G. A. de. Feminismo e machismo na escola: desafios para a educação contemporânea. **Interfaces Científicas – Educação**, v. 8, n. 1, p. 51–58, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2019v8n1p51-58>. Acesso em: 01 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRÓIS, Érica Silva; DOS SANTOS COSTA, Thauany. Vamos Rodar O Bambolê? O corpo e o lazer na contemporaneidade. **PISTA: Periódico Interdisciplinar [Sociedade Tecnologia Ambiente]**, v. 3, n. 2, p. 47-58, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pista/article/view/27624>. Acesso em: 01 jul. 2025.

GIROUX, Henry. A disneyzação da cultura infantil. In: SILVA, Tomaz da; MOREIRA, Antonio (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 49-81.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MAKNAMARA, Marlécio. PARAÍSO, Marlucy. (2013). Pesquisas pós-críticas em educação: notas metodológicas para investigações com currículos de gosto duvidoso. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 41-53, 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v22n40/v22n40a05.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

PARAÍSO, Marlucy. **Currículos**: teorias e políticas. São Paulo: Contexto, 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; FELIX, Jeane (2016). Gênero, sexualidade e direitos humanos na educação escolar: entre igualdades e diversidades, a diferença. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 255-272, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6787>. Acesso em: 15 jul. 2025.

### **Sobre os Autores e Autoras**

**Sheylene Silva**. Doutoranda em Educação - PPGE/UFPB; Mestra em Educação - PPGE/UFPB. Pós-graduada em Educação Multicultural pela Faculdade Campos Elíseos; Licenciatura Plena em Pedagogia - UFPB. Integrante do grupo de estudos: ENSAIO - vida, pensamento e escrita em educação. Professora na Escola Municipal Monsenhor João Coutinho.

**Amanda Omar**. Doutoranda em Educação - PPGE/UFPB; Mestra em Arte ProfArtes/UFPB; Graduada em Educação Artística com Habilitação em Artes Cênicas UFPE. Professora de Arte na Escola Municipal Quilombola Professora Antônia do Socorro Silva Machado.